

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA INDRA BRASIL SOLUÇÕES E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS S.A.

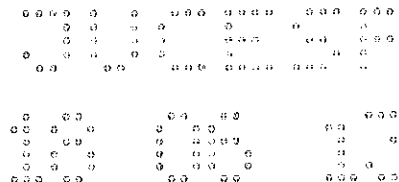
ENTRE

INDRA BRASIL SOLUÇÕES E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS S.A.
como emissora,

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
representando a comunhão dos titulares
adquirentes das debêntures objeto da presente emissão,

Datado de
20 de maio de 2013



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA INDRA BRASIL SOLUÇÕES E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **INDRA BRASIL SOLUÇÕES E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS S.A.**, sociedade anônima, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alexandre Dumas, 9º andar, nº 2.200, Chácara Santo Antonio, CEP 04717-910, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.645.738/0001-79, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("**Emissora**");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da Emissora ("**Debenturistas**" e, individualmente, "**Debenturista**"),

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("**Agente Fiduciário**");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos S.A.." (respectivamente, "**Escritura de Emissão**", "**Emissão**" e "**Debêntures**"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 17 de maio de 2013 ("**RCA**") e com a Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 17 de maio 2013 ("**AGE**"), nas quais foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto nos incisos VI e XXI do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia e no artigo 59, § 2º, da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**").

CLÁUSULA II
DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na CVM e na ANBIMA

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. A Emissão não será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita"), nos termos do artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da AGE

2.2.1. As atas da AGE e da RCA serão devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e serão publicadas no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (ii) no jornal Diário do Comércio, em conformidade com os artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário cópia das atas da AGE e da RCA devidamente arquivadas na JUCESP, bem como das referidas publicações, em até 10 (dez) dias úteis contados a partir das datas de arquivamento e publicações, respectivamente. Para fins do disposto nesta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa qualquer dia, exceto sábado, domingo ou outro dia em que bancos comerciais estejam autorizados ou obrigados por lei a permanecerem fechados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2.3. Registro da Escritura de Emissão e Eventuais Aditamentos

A Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora enviará ao Agente Fiduciário uma via original da Escritura de Emissão e dos eventuais aditamentos registrados na JUCESP em até 10 (dez) Dias Úteis contados da obtenção do registro.

2.4. Registro para Colocação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no MDA – Módulo de Distribuição de Títulos ("MDA") e negociação no mercado secundário no CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução.

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social

A Emissora tem por objeto social as seguintes atividades: (i) fabricação de *softwares*; (ii) processamento de dados, desenvolvimento de sistemas, assessoria e consultoria para o setor de informática; (iii) prestação de serviços de digitação, indexação, vetorização e processamento de imagens; (iv) prestação de serviços de digitação, indexação, vetorização, processamento de imagens de documentos administrativos e técnicos, serviços de COLD, *Workflow*, *Forms Processing* e OCR/ICR; (v) serviços gráficos de editoração eletrônica; (vi) serviços gráficos de impressão eletrônica a *laser*; (vii) prestação de serviços externos de preparação, digitação e conferência de dados, bem como operação de equipamentos; (viii) prestação de serviços de microfilmagem convencional, e com sistema COM; (ix) serviços de organização de arquivos; (x) importação, exportação, comércio, representação e locação de *softwares*; (xi) importação, exportação, comércio, representação e locação de *hardwares*; (xii) locação de mão-de-obra especializada; (xiii) serviços de telecomunicações, *call center*, *help desk* e telemarketing; (xiv) prestação de serviços de consultoria e assessoria em desenvolvimento, customização, manutenção, treinamento e implantação de soluções tecnológicas, no Brasil ou no exterior; (xv) prestação de serviços de consultoria, assessoria e treinamento em sistemas ERP, no Brasil ou no exterior; (xvi) desenvolvimento de sistemas; (xvii) participação, como sócia ou acionista, em sociedades simples ou empresárias, ou quaisquer outros empreendimentos, no Brasil ou no exterior; e (xviii) planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

3.2. Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total das Debêntures, na Data de Emissão, conforme definida abaixo, será de R\$110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) ("Valor Total da Emissão").

3.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 110 (cento e dez) Debêntures.

3.5. Destinação de Recursos

Os recursos obtidos pela Companhia por meio da Emissão serão destinados para aquisições e a gestão ordinária dos negócios da Companhia.

3.6. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão pública de Debêntures da Emissora via Instrução CVM 476.

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

O banco liquidante da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Praça Aldredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Banco Liquidante"). A instituição prestadora de serviços de escriturador mandatário das Debêntures é o Itaú Corretora de Valores S.A. ("Escriturador Mandatário").

3.8. Imunidade Tributária

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Coordenador Líder"), conforme "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Fidejussória, Em Série Única, de emissão da Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos S.A." ("Contrato de Distribuição").

4.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409" e "Investidores Qualificados", respectivamente), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.1.3. Nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476, o encerramento da Oferta Restrita deverá ser informado pelo Coordenador Líder à CVM, no prazo de até 5 (cinco) dias, contados de seu encerramento ("Comunicado de Encerramento"). Caso a totalidade das Debêntures não seja efetivamente emitida e subscrita em até 6 (seis) meses contados da Data de Emissão, o Coordenador Líder deverá enviar o Comunicado de Encerramento à CVM com os dados até então disponíveis, complementando-o semestralmente, até o efetivo encerramento da Oferta Restrita.

4.2. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será o dia 20 de maio de 2013 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, o extrato em nome dos titulares das Debêntures emitido pela CETIP.

4.5. Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária e contarão com garantia fidejussória prestada pela Indra Sistemas S.A. ("Garantidora"), nos termos da cláusula 4.20 abaixo.

4.6. Forma de Subscrição e Integralização

Todas as Debêntures serão integralizadas em uma única data, à vista em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário.

4.7. Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de maio de 2015 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado obrigatório e/ou de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

4.8. Atualização Monetária

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente à variação percentual acumulada de 100% (cem por cento) da taxa média diária de juros dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, "*over extra grupo*", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa equivalente a 2,52% (dois inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, a partir da primeira data de integralização e subscrição das Debêntures

("Data de Integralização") ou da última data de pagamento da Remuneração, até a data do efetivo pagamento da Remuneração ("Remuneração"). A Remuneração será calculada desde a Data de Integralização, obedecida a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

Onde:

J = Valor da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário de emissão das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso), informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido do *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = (\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$$

Onde:

Fator DI = Produtório das Taxas DI-Over, da Data de Integralização (ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso), inclusive, até a data do cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

Onde:

k = número de ordens das Taxas DI-Over, variando de 1 (um) até "n";

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas desde a Data de Integralização (ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso) até a data de pagamento da Remuneração, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

d_k = número de Dia(s) Útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " d_k " um número inteiro (a Taxa DI é válida por um Dia Útil);

Fator *Spread* = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Onde:

Spread = 2,5200 (dois inteiros e cinquenta e dois centésimos), informado com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Observações:

- O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$ sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta cláusula, será utilizada, em sua substituição, para apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades tanto por parte da Emissora e/ou da Garantidora quanto pelo Debenturista, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

4.9.3. No caso de extinção, limitação, ausência de apuração e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para sua apuração e/ou divulgação e/ou impossibilidade de aplicação às Debêntures da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI, conforme o caso, convocar a assembleia geral de debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), para deliberação de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração a ser proposto pela Emissora (no modo e nos termos previstos na Cláusula Sétima abaixo). Até a deliberação desse novo parâmetro serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta cláusula, as fórmulas acima definidas, sendo que para a apuração de TDI_k será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e/ou a Garantidora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.4. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora e/ou a Garantidora se obrigam a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização (ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso). Até a data do efetivo resgate serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta cláusula, as fórmulas acima definidas, sendo que para a apuração de TDI_k será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada.

4.9.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida assembleia não será mais realizada, e a nova Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

4.10. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário

As Debêntures serão integralmente amortizadas em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento.

4.11. Periodicidade de Pagamento da Remuneração

A Remuneração das Debêntures será paga semestralmente, sempre no dia 20 dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 20 de novembro de 2013 e o último na Data de Vencimento.

4.12. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação.

4.13. Aquisição Facultativa, Amortização Extraordinária e Resgate Antecipado Total

4.13.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures, observados os termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, incisos I e II, da Lei das Sociedades por Ações, bem como a legislação aplicável à época e as regras expedidas pela CVM. A aquisição facultativa por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário deverá constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

4.13.1.1. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser colocadas novamente no mercado, canceladas a qualquer momento ou permanecer em tesouraria da Emissora. As Debêntures mencionadas no item 4.13.1 acima, caso sejam recolocadas no mercado, farão jus a mesma Remuneração e condições das demais Debêntures.

4.13.2. Não obstante o disposto no item 4.13 acima, a Emissora poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar a amortização extraordinária do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária"). A Amortização Extraordinária estará limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário não amortizado e deverá ser precedida da publicação de edital no jornal indicado na Cláusula 4.19 abaixo, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data da efetiva Amortização Extraordinária a ser implementada pela Emissora ("Data de Amortização Extraordinária" e "Comunicação de Amortização Extraordinária", respectivamente).

4.13.2.1. O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado de acordo com o disposto no item 4.17 abaixo, na data indicada na Comunicação de Amortização Extraordinária, e deverá abranger todas as Debêntures em circulação. Caso as Debêntures objeto da Amortização Extraordinária estejam custodiadas eletronicamente no CETIP21, a Amortização Extraordinária seguirá os procedimentos previstos pela CETIP.

4.13.3. Observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão, a Emissora poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total das Debêntures ("Resgate Antecipado"), mediante publicação de edital no jornal indicado na Cláusula 4.19 abaixo, ("Comunicação de Resgate"), com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis da data do efetivo Resgate Antecipado a ser implementado pela Emissora ("Data de Resgate Antecipado").

4.13.3.1. O pagamento do Resgate Antecipado deverá ser realizado de acordo com o disposto no item 4.17 abaixo, na data indicada na Comunicação de Resgate, e deverá abranger todas as Debêntures em circulação. Caso as Debêntures objeto do Resgate Antecipado estejam custodiadas eletronicamente no CETIP21, o Resgate Antecipado seguirá os procedimentos previstos pela CETIP.

4.13.3.2. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos deste item 4.13.3 deverão ser liquidadas e canceladas pela Emissora.

4.13.4. Para todos os fins de direito, a CETIP deverá ser comunicada acerca da Amortização Extraordinária e do Resgate Antecipado, por meio de correspondência a ser encaminhada pela Emissora, com o de acordo do Agente Fiduciário, com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da Data de Amortização Extraordinária ou da Data de Resgate Antecipado, conforme o caso.

4.13.5. A Data de Amortização Extraordinária e a Data de Resgate Antecipado deverão, obrigatoriamente, ser Dias Úteis.

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

4.13.6. A Comunicação de Amortização Extraordinária e a Comunicação de Resgate deverão conter as seguintes informações (i) a Data de Amortização Extraordinária ou a Data de Resgate Antecipado, conforme o caso, (ii) o valor da Amortização Extraordinária ou o valor do Resgate Antecipado, o qual corresponde ao Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário) das Debêntures, ou à parcela do Valor Nominal Unitário que será objeto da Amortização Extraordinária, conforme o caso, acrescido (a) da Remuneração projetada, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Amortização Extraordinária ou a Data de Resgate Antecipado, conforme o caso; e (b) dos demais encargos devidos e não pagos até a Data de Amortização Extraordinária ou a Data de Resgate Antecipado, conforme o caso; (iv) o valor do prêmio a ser pago, conforme definido no item 4.13.7 abaixo; e (v) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária ou do Resgate Antecipado, conforme o caso.

4.13.7. Na hipótese de Amortização Extraordinária e/ou de Resgate Antecipado, a Emissora pagará o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures), ou a parcela do Valor Nominal Unitário que será objeto de Amortização Extraordinária, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização, ou da data do último pagamento efetivo da Remuneração, até a Data de Amortização Extraordinária ou Data de Resgate Antecipado, conforme o caso (observado que, no caso da Amortização Extraordinária, a Remuneração paga nos termos deste item 4.13.7 será proporcional à parcela do Valor Nominal Unitário objeto da Amortização Extraordinária), acrescido de um prêmio (“Prêmio”) correspondente a um percentual que será aplicado ao produto do saldo Valor Nominal Unitário (ou da parcela do Valor Nominal Unitário que será objeto da Amortização Extraordinária, conforme o caso) pela quantidade de Debêntures que serão efetivamente resgatadas ou amortizadas, conforme o caso. O Prêmio será correspondente a:

- (i) 0,40% (quarenta centésimos por cento), se a Amortização Extraordinária e/ou o Resgate Antecipado das Debêntures ocorrer entre o 1º (primeiro) mês, inclusive, e o 6º (sexto) mês, inclusive, a partir da Data de Emissão;
- (ii) 0,30% (trinta centésimos por cento), se a Amortização Extraordinária e/ou o Resgate Antecipado das Debêntures ocorrer entre o 7º (sétimo) mês, inclusive, e o 12º (décimo oitavo) mês, inclusive, a partir da Data de Emissão;
- (iii) 0,20% (vinte centésimos por cento), se a Amortização Extraordinária e/ou o Resgate Antecipado das Debêntures ocorrer entre o 13º (décimo terceiro) mês, inclusive, e o 18º (décimo oitavo) mês, inclusive, a partir da Data de Emissão e
- (iv) 0,15% (quinze centésimos por cento), se a Amortização Extraordinária e/ou o Resgate Antecipado das Debêntures ocorrer entre o 19º (décimo novo) mês, inclusive, e o 24º (vigésimo quarto) mês, inclusive, a partir da Data de Emissão.

4.14. Vencimento Antecipado

4.14.1. Observados os itens 4.14.2 e 4.14.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) acrescido da Remuneração, calculada pro *rata temporis* desde a Data de Integralização, ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e demais encargos devidos e não pagos, apurados na forma da lei e de acordo com o disposto nesta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (a) ocorrência: (i) de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora e/ou da Garantidora e/ou de qualquer sociedade sediada no Brasil, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora ("Controladas da Emissora") e/ou qualquer sociedade sediada no exterior, cujo faturamento anual represente mais de 5% do faturamento consolidado do grupo econômico da Garantidora ("Sociedade Relevante"), independentemente do deferimento de seu processamento; (ii) de pedido de falência da Emissora e/ou da Garantidora e/ou de qualquer das Controladas da Emissora e/ou qualquer Sociedade Relevante, não elidido no prazo legal; (iii) de pedido de autofalência pela Emissora e/ou de qualquer Sociedade Relevante e/ou da Garantidora e/ou de qualquer das Controladas da Emissora; e/ou (iv) liquidação e/ou extinção da Emissora e/ou de qualquer Sociedade Relevante e/ou da Garantidora e/ou de qualquer das Controladas da Emissora, exceto se a liquidação e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Vencimento Antecipado nos termos aqui previstos;
- (b) decretação de falência da Emissora e/ou da Garantidora e/ou de qualquer sociedade integrante do grupo econômico da Emissora;
- (c) falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou pela Garantidora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na *Letter of Guarantee*, desde que o referido descumprimento não seja sanado no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados do recebimento, pela Emissora ou pela Garantidora, conforme o caso, de notificação do Agente Fiduciário informando sobre o referido descumprimento;
- (d) falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou pela Garantidora de qualquer obrigação pecuniária prevista na *Letter of Guarantee*, desde que o referido descumprimento não seja sanado no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis;
- (e) protesto de títulos (i) contra a Emissora em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para qualquer de tais empresas sediadas no Brasil, ou (ii) contra a Garantidora em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se tiver sido comprovado que (i) tenha sido obtida decisão judicial para a anulação ou sustação de seus efeitos; (ii) o protesto tenha sido cancelado; (iii) o valor do(s) título(s) protestado(s) tenha(m) sido depositado em juízo; ou (iv) o montante protestado tenha sido devidamente quitado pela Emissora e/ou pela Garantidora, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados a partir da data em que a Emissora e a

[illegible]

- 13

exceto pelo dividendo mínimo obrigatório previsto em lei;

- (m) descumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora de qualquer sentença arbitral definitiva de natureza condenatória, ou de qualquer decisão judicial transitada em julgado, em todos os casos, que determine em desembolso efetivo (inclusive por meio de depósito judicial) e que envolva montante superior, individual ou agregado, a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para a Emissora ou a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para a Garantidora;
- (n) transferência a terceiros de direitos e obrigações da Emissora e/ou da Garantidora previstos nesta Escritura de Emissão e/ou na *Letter of Guarantee*, conforme aplicável, sem a prévia e expressa autorização, por escrito, de Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- (o) realização pela Emissora e/ou por qualquer sociedade integrante do grupo econômico da Emissora, sem a prévia e expressa autorização, por escrito, de Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, de operações de cisão e/ou redução de capital, exceto caso tais operações ocorram dentro do mesmo grupo econômico da Emissora, de suas controladoras diretas e/ou indiretas, incluindo, mas não se limitando, da Garantidora;
- (p) caso a Garantia outorgada pela Garantidora na *Letter of Guarantee* não tenha sido devidamente constituída até a data programada para a efetiva integralização das Debêntures ou seja declarada inválida ou ineficaz por sentença judicial transitada em julgado;
- (q) constatação, a qualquer momento, de inveracidade, erro e/ou incompletude de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura de Emissão e/ou pela Garantidora na *Letter of Guarantee*, conforme o caso, que possa impactar de forma relevante a capacidade de pagamento da Emissora com relação aos pagamentos decorrentes das Debêntures, conforme deliberado pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para este fim;
- (r) caso a Emissora conteste judicialmente a validade desta Escritura de Emissão ou a Garantidora conteste judicialmente a validade da *Letter of Guarantee*;
- (s) caso não seja apresentada ao Agente Fiduciário, em cópia: (i) comprovante de protocolo da *Letter of Guarantee* perante o Consulado Brasileiro na Espanha em até 30 (trinta) dias corridos contados da sua respectiva assinatura; e (ii) a *Letter of Guarantee* devidamente notarializada, consularizada e com tradução juramentada, para todos os fins legais, em até 60 (sessenta) dias corridos contados da sua respectiva assinatura; e
- (t) transformação da Emissora em sociedade empresária limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações.

4.14.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (d), (f), (h), (k), (l), (n), (o), (r) e (t) do item 4.14.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, desde que respeitados os prazos estabelecidos em cada uma das alíneas do item 4.14.1 para solução de qualquer de tais eventos, se for o caso, ficando o

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora.

4.14.3. Na ocorrência dos eventos previstos nas demais alíneas do item 4.14.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do referido evento ou for assim informado pelos titulares das Debêntures, para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula Sétima abaixo e o *quorum* específico estabelecido no item 4.14.3.1 abaixo. A Assembleia Geral de Debenturistas prevista nesta Cláusula poderá também ser convocada pela Emissora, ou na forma do item 7.1 abaixo.

4.14.3.1. A Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.14.3 acima poderá optar, por deliberação dos Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures.

4.14.3.2. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.14.3 por falta de quórum em primeira e segunda convocação, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 4.14.3.1 acima pelo *quorum* mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados no item 4.14.1 acima.

4.14.4. Em qualquer hipótese de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização, ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, devidos até a data do envio da notificação de que trata o item 4.14.2 acima ou da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas nos termos do item 4.14.3 acima, conforme o caso, acrescido dos valores devidos a título de encargos moratórios previstos nesta Escritura de Emissão, desde a data do efetivo inadimplemento, nos casos de eventos de descumprimento de obrigações pecuniárias, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

4.14.5. O pagamento dos valores mencionados no item 4.14.4 acima, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão será realizado em até 2 (dois) Dias Úteis contados da comunicação escrita a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos nesta Escritura de Emissão. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

4.15. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente atualizados da Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, adicionalmente sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, estes calculados *pro rata temporis*.

13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

4.16. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

Sem prejuízo do disposto no item 4.15 supra, caso o Debenturista não receba o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora por culpa não atribuível à Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, este não terá direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento e/ou prevista no comunicado.

4.17. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Escriturador Mandatário.

4.18. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.19. Publicidade

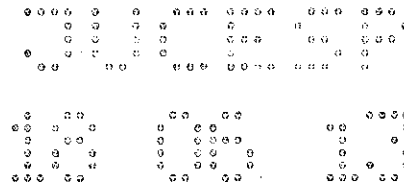
Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, a critério razoável da Emissora, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário do Comércio.

4.20. Garantia

4.20.1. Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Debêntures, a Garantidora presta, em documento apartado, regulado pelas leis da Espanha ("Letter of Guarantee"), nos termos do Anexo I da presente Escritura de Emissão, garantia aos Debenturistas, na pessoa do Agente Fiduciário, que agirá em benefício dos Debenturistas, obrigando-se como garantidora responsável com a Emissora pelo pagamento dos valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão ("Garantia").

4.20.1.1. A *Letter of Guarantee* será prestada pela Indra Sistemas S.A. e será devidamente assinada e formalizada perante as leis da Espanha anteriormente à Data de Integralização, sendo que a Emissora deverá encaminhar cópia ao Agente Fiduciário: (i) do comprovante de protocolo da *Letter of Guarantee* perante o Consulado Brasileiro na Espanha, em até 30 (trinta) dias corridos contados da sua respectiva assinatura; e (ii) da *Letter of Guarantee* devidamente notariada, consularizada e com tradução juramentada, para todos os fins legais, em até 60 (sessenta) dias corridos contados da sua respectiva assinatura.

4.20.2. Tendo em vista que a *Letter of Guarantee* é regida pela legislação espanhola e tem como foro de



eleição os tribunais de Madri, fica desde já certo e ajustado que a subscrição, integralização e/ou aquisição das Debêntures por qualquer Debenturista importará na ciência e no consentimento por parte de tal Debenturista com relação à necessidade de excussão da Garantia de acordo com as leis do Reino da Espanha e perante os tribunais espanhóis. Ao adquirir as Debêntures, o Debenturista renuncia a quaisquer reclamações, ações e/ou questionamentos perante o Agente Fiduciário (quer seja em âmbito judicial, administrativo ou outro) como a compensação por qualquer prejuízo causado pela não adoção da sua excussão de acordo leis brasileiras no território nacional. Adicionalmente, os Debenturistas, ao adquirir as Debêntures, declaram-se cientes e de acordo com todos os riscos envolvidos na adoção deste procedimento, isentando o Agente Fiduciário de qualquer responsabilidade em relação ao fato.

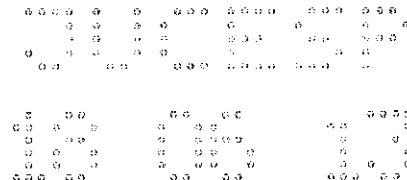
4.20.3. O valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescida da Remuneração, dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias, principais e acessórias, previstas nesta Escritura de Emissão, serão pagos pela Garantidora no prazo de até 3 (três) Dias Úteis, contados a partir da data de recebimento de comunicação por escrito enviada à Garantidora pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas. Tal notificação só poderá ser emitida pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

4.20.3.1. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora diretamente aos Debenturistas e fora do âmbito da CETIP, por meio de depósito em conta corrente a ser informada na notificação mencionada no item 4.20.3 acima.

4.20.4. Em caso de inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária que não seja sanado nos prazos de cura previstos nesta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário encaminhará notificação à Garantidora, bem como cópia da Assembleia Geral de Debenturistas que deliberar o vencimento antecipado das Debêntures, caso aplicável, via fac símile através do nº (11) 5186-3070 e para os endereços eletrônicos mncondes@indracompany.com / cteixeriab@indracompany.com / rschaffer@indracompany.com, informando o vencimento antecipado das Debêntures, para que a Garantidora realize o pagamento devido pela Emissora. Não obstante, a Garantia poderá ser executada e exigida pelos Debenturistas quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as obrigações principais e acessórias garantidas.

4.20.5. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância dos prazos para execução da Garantia não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.20.6. Caso a Emissora não efetue o pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido da Remuneração, na Data de Vencimento (observados os prazos de cura previstos nesta Escritura de Emissão), ou na ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado, e na hipótese da Garantia não ser paga quando devida, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a contratação de um escritório de advocacia com representatividade internacional para iniciar o processo de execução da Garantia fora do país. Nesse caso, os próprios Debenturistas deverão impetrar ações em seus próprios nomes e decidirão sobre o que fazer e como, bem como aprovarão os eventuais custos de se iniciar uma ação no exterior, ficando eximido o Agente Fiduciário da responsabilidade de executar tais garantias.



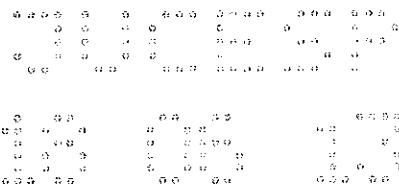
4.20.7. Os Debenturistas, ao subscreverem as Debêntures da presente Emissão, têm ciência de que os procedimentos para execução da Garantidora em caso de um Evento de Vencimento Antecipado serão feitos em nome próprio de cada Debenturista e observarão as leis espanholas.

4.20.8. Todas as despesas relacionadas a eventual execução da Garantia, bem como a sucumbência, serão de responsabilidade da Emissora.

CLÁUSULA V **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (i) em até 90 (noventa) dias da data do encerramento de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social então encerrado, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes;
 - (ii) em até 90 (noventa) dias da data do encerramento de cada exercício social, declaração de Diretor da Emissora atestando o cumprimento, pela Emissora das disposições desta Escritura de Emissão;
 - (iii) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
 - (iv) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.19 acima;
 - (v) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizadas as respectivas inscrições na JUCESP;
 - (vi) na mesma data, desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento de natureza pecuniária, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, observados os prazos de cura aqui previstos;
 - (vii) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre a ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, contados da data do respectivo descumprimento, desde que seja do seu conhecimento;



- (viii) em até 2 (dois) Dias Úteis após o recebimento, pela Emissora, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora e/ou pela Garantidora (desde que seja do conhecimento da Emissora nesse último caso) que possa afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual e integral cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão ou da *Letter of Guarantee*, respectivamente;
 - (ix) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do seu arquivamento na JUCESP, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus respectivos aditamentos; e
 - (x) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
 - (c) informar o Agente Fiduciário até o primeiro dia útil imediatamente subsequente, desde que seja do seu conhecimento, sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.14.1. desta Escritura de Emissão;
 - (d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
 - (e) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
 - (f) notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
 - (g) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
 - (h) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
 - (i) não praticar qualquer ato em desacordo com o Estatuto Social da Emissora e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;

10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

- (j) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto se tal descumprimento não impactar de forma relevante a capacidade de pagamento da Emissora com relação às Debêntures;
- (k) cumprir todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão, observados os prazos de cura previstos nesta Escritura de Emissão;
- (l) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (m) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (n) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário e, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos necessários incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (o) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevante para a boa condução dos negócios da Emissora ou comprovar que a obtenção de referidas licenças encontra-se em regular tramitação perante as autoridades competentes, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas;
- (p) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (q) observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder;
- (r) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;

2

03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (c) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (d) despesas de viagem, transporte, alimentação e estadias, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, desde que realizadas dentro de critérios de razoabilidade e bom senso e dentro da função fiduciária que lhe é inerente, e, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora;
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;
- (f) despesas eventualmente pagas em decorrência da constituição da Garantia ou despesas eventualmente incorridas com o pagamento de indenizações aos procuradores constituídos pelo Agente Fiduciário na Espanha para execução da Garantia, nos termos do respectivo "*Poder de Representación*".

CLÁUSULA VI AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, Agente Fiduciário da Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;




- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (g) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (h) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (j) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (k) o representante legal do Agente Fiduciário que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposições do seu Estatuto Social;
- (l) observado o prazo para apresentação de sua via devidamente notariada e consularizada, conforme disposto no item 4.20.1.1, na data de integralização das Debêntures, a garantia fidejussória representada pela *Letter of Guarantee* encontra-se devidamente assinada e formalizada perante as leis da Espanha;
- (m) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão com base nos documentos e informações prestados pela Emissora na Data de Emissão, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (n) com relação aos Eventos de Vencimento Antecipado referentes à Garantidora, fará a verificação exclusivamente com base na declaração a ser enviada pela Emissora, na forma da cláusula 5.1 (a) (ii) acima, sendo certo que não efetuará nenhum procedimento de verificação independente, com o que os Debenturistas declaram-se cientes e de acordo;
- (o) irá verificar, até a Data de Integralização, que a Garantia representa 100 % (cem por cento) do volume da Emissão, na Data de Emissão, conforme informações constantes da *Letter of Guarantee*; e
- (p) para os fins da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário não atua em outras emissões de debêntures feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora.

6.3. Caso a Emissora não efetue qualquer pagamento na Data de Vencimento, ou na ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado, e na hipótese da Garantia não ser paga quando devida, o Agente Fiduciário convocará Assembleia Geral de Debenturistas para definir sobre a contratação de um escritório de advocacia com representatividade internacional para iniciar o processo de execução da garantia fidejussória fora do país, nos termos da cláusula 4.20.5 acima.

6.4. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.5. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) parcelas anuais no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) para o acompanhamento padrão dos serviços de Agente Fiduciário, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da Escritura de Emissão, e as demais na mesma data dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento;
- (b) a remuneração prevista no item (a) acima não incluem as despesas com viagens, estadias, alimentação, *conference calls*, contatos telefônicos, transporte e publicação necessárias ao exercício de nossa função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, sempre que possível, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas;
- (c) as parcelas citadas no item (a) acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), na alíquota vigente na data do respectivo pagamento;
- (d) as parcelas referentes ao item (a) acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela referida no item (a) acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die* se necessário;
- (e) as remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;

- (f) o Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- (g) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária pelo IGP-M incidente desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;
- (h) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário;
- (i) fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição à Emissora;
- (j) caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário. Obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da Emissão facultarão o Agente Fiduciário à revisão dos honorários propostos;
- (k) o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento; e
- (l) no caso de um Evento de Vencimento Antecipado, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente ressarcidas pela Emissora mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento dos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte do Agente Fiduciário.

6.6. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, no limite das informações e documentos fornecidos pela Emissora e pela Garantidora, sendo certo que não efetuará nenhum procedimento de verificação independente;
- (e) promover, às expensas da Emissora, caso esta não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, às expensas da Emissora;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
- i. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - v. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - vi. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão;
 - vii. pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - viii. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - ix. declaração sobre a suficiência e exequibilidade da Garantia; e
 - x. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos Debenturistas dentro dos 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- i. na sede da Emissora;
 - ii. na sede do Agente Fiduciário;
 - iii. na CVM;
 - iv. na CETIP; e

v. no escritório do Coordenador Líder.

- (m) publicar, às expensas exclusivas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.19 acima, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis da sua ciência da ocorrência do evento ou da data em que o evento se tornar público, o que ocorrer primeiro, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações, sendo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) acompanhar, diariamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures calculado pela Emissora, bem como disponibilizar o mesmo aos Debenturistas e demais participantes do mercado através de sua central de atendimento e/ou de sua página na rede mundial de computadores; e
- (s) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Liquidante, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.

6.7. Ressalvadas as disposições do item 4.20.6, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;

- (b) executar a Garantia, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures;
- (c) requerer a falência da Emissora;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora e, no caso da Garantidora, na hipótese de ocorrência de procedimento similar onde estão estabelecidas.

6.7.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.14 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação. Na hipótese da alínea (e), bastará a aprovação de Debenturistas representando a maioria das Debêntures em circulação.

6.7.2. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável;

6.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de deliberação dos Debenturistas, comprometendo-se, tão somente, a agir em conformidade com o disposto nesta Escritura de Emissão e também conforme as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal cumprimento. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.9. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação, exceto por aqueles já previstos na presente Escritura de Emissão.

6.10. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

6.11. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.11.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.11.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.11.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.11.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.11.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 2.3.

6.11.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA VII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3.1. A presidência e a secretaria da Assembleia Geral de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos pelos demais Debenturistas presentes ou àqueles que forem designados pela CVM.		
7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas através de publicação de aviso aos Debenturistas, em primeira convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias.		
7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.		
7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.		
7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.		
7.6.1. Qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) na Data de Vencimento; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (v) nos Eventos de Vencimento Antecipado (item 4.13), inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, deverá ser aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.		
7.6.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, a 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.		
7.6.3. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação, exceto se houver outro <i>quorum</i> específico estabelecido para a matéria.		
7.7. Para efeito da constituição do <i>quorum</i> de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes à Garantidora, ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.		

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência e a secretaria da Assembleia Geral de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos pelos demais Debenturistas presentes ou àqueles que forem designados pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas através de publicação de aviso aos Debenturistas, em primeira convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

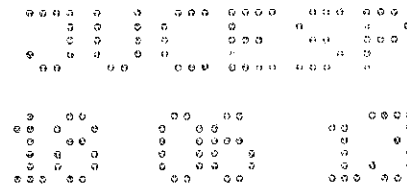
7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.6.1. Qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) na Data de Vencimento; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (v) nos Eventos de Vencimento Antecipado (item 4.13), inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, deverá ser aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, a 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.3. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação, exceto se houver outro *quorum* específico estabelecido para a matéria.

7.7. Para efeito da constituição do *quorum* de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes à Garantidora, ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.



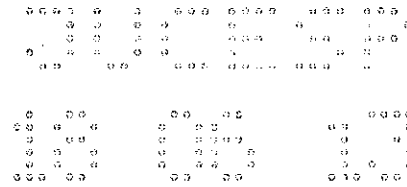
7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e da Garantidora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA VIII DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações não infringem nenhuma obrigação relevante anteriormente assumida;
- (c) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, para celebrar esta Escritura de Emissão, emitir as Debêntures e cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão e os representantes legais da Garantidora que assinam a *Letter of Guarantee* têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissão, a colocação das Debêntures e a emissão da *Letter of Guarantee* pela Garantidora não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (f) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou



corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

- (g) não possui conhecimento de que as suas demonstrações financeiras disponíveis não representem corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) tem plena ciência de que não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (i) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade da Emissora e, em observância ao princípio da boa-fé;
- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (k) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (l) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, ou sua obtenção encontra-se em regular tramitação perante as autoridades competentes, sendo que até a presente data a Emissora não tem conhecimento de qualquer notificação acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (m) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão, exceto pelo registro das Debêntures perante o MDA e o CETIP21 e pelo arquivamento, na JUCESP, desta Escritura de Emissão e das atas da AGE e da RCA que deliberaram sobre a Oferta Restrita, bem como de suas respectivas publicações;
- (n) as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão constituem obrigações diretas, incondicionais e não subordinadas;
- (o) as operações e propriedades da Emissora cumprem, em todos os aspectos relevantes, com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor;
- (p) a Emissora não tem ciência de qualquer inadimplemento de suas obrigações de pagamento dos tributos e contribuições previdenciárias aplicáveis, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, salvo os que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios

[illegible]

- 

CLÁUSULA IX

NOTIFICAÇÕES

34

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

INDRA BRASIL SOLUÇÕES E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS S.A.

Rua Alexandre Dumas, 6º andar, nº 2.200 – Chácara Santo Antonio

CEP 04717-910

São Paulo – SP

At.: Sra. María Nieves Condés Felipe

Tel: 55 11 5186 3002

Fax: 55 61 3344-0276

E-mail: mncondes@indracompany.com

Para a Garantidora:

INDRA SISTEMAS S.A.

Avenida de Bruselas, 35, 28108 Alcobendas

Madri, Espanha

At.: Sr. José Antonio Pascual de la Cueva

Tel: 34 91 480 9802

E-mail: japascual@indra.es

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, 4.200, Bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca

CEP 22640-102, Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)

Tel.: 55 21 3385-4565

Fax: 55 21 3385-4046

E-mail: middle@pentagonotruster.com.br / backoffice@pentagonotruster.com.br

Para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar

04538-132 – São Paulo/SP

At.: Douglas Callegari

Tel.: 55 11 2797-4431

Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Aldredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal

04344-902 – São Paulo/SP

At.: Douglas Callegari

Tel.: 55 11 2797-4431

Fax.: 55 11 2797-3140

E-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP S.A – Mercados Organizados:

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
CEP 01452-001, São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel.: 55 11 3111-1596
Fac-símile: 55 11 3111-1564
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia a tais direitos, faculdades ou remédios ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.5. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.6. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.7. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100

10.8. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

CLÁUSULA XI FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

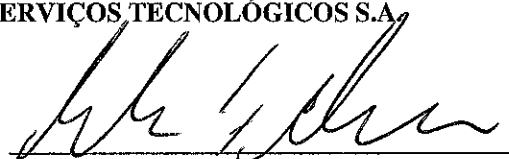
São Paulo, 20 de maio de 2013.

O restante da página foi deixado intencionalmente em branco

Página 1 (um) de 3 (três) de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos S.A., celebrado em 20 de maio de 2013.




INDRA BRASIL SOLUÇÕES E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS S.A.

Nome: JOSÉ ANTONIO FERNÁNDEZ IGNACIO
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE


Nome: EDENILSON FLEISCHMANN
Cargo: DIRETOR CORPORATIVO

Página 2 (dois) de 3 (três) de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos S.A., celebrado em 20 de maio de 2013.

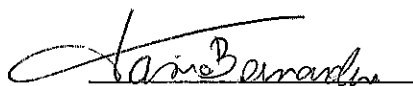
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:  Silas Santos de Amorim
Cargo:  Procurador

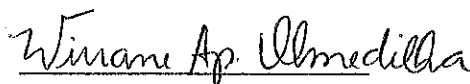

39

Página 3 (três) de 3 (três) de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos S.A., celebrado em 20 de maio de 2013.

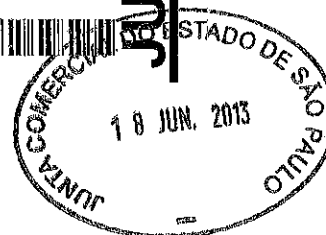
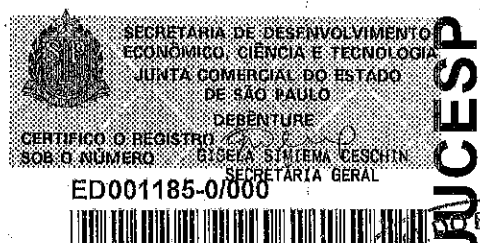
Testemunhas:



Nome: **Tania Bernardini**
RG: **RG: 13.698.647**
CPF: **CPF: 047.010.278-04**



Nome: **Viviane Aparecida Olmedilha**
RG: **RG: 30.678.114-1**
CPF: **CPF: 220.161.098-31**





indra

ANEXO I

GARANTÍA CORPORATIVA A PRIMERA DEMANDA

En Madrid, a [*] de mayo de 2013.

INDRA SISTEMAS S.A., (en adelante, el “**Garante**”) con C.I.F. número A-28599033, con domicilio social en Alcobendas (Madrid), Avenida de Bruselas, número 35, representada por D. Carlos Campos Carrizo, con D.N.I. número 5.238.368. y D. José Antonio Pascual de la Cueva, con D.N.I. 384.719, acreditando ambos con poderes suficiente a estos efectos, según resulta de la Escritura Pública de 14 de marzo de 2013 por el Notario de Alcobendas (Madrid) D. Gerardo V. Wichmann Rovira con el número 912 de su protocolo.

EXPONE

- I. En el día de hoy INDRA BRASIL SOLUÇÕES E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS S.A. (anteriormente denominada INDRA BRASIL S.A.) en su calidad de emisor (el “**Emisor**”) ha suscrito con PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (en adelante, el “**Agente Fiduciario**”) en representación de los titulares de los bonos (*Debêntures*) de la primera emisión (los “**Bonistas**”) una escritura (*instrumento particular de escritura*) de emisión de bonos representada por 110 bonos de un valor unitario de R\$1.000.000,00 (la “**Escritura de Emisión de Bonos**”). Se adjunta copia de la Escritura de Emisión de Bonos como **Anexo 1** a la presente.
- II. De conformidad con la Cláusula 4.20 de la Escritura de Emisión de Bonos, el Garante otorga a favor del Agente Fiduciario en representación de los Bonistas y en beneficio de los mismos garantía personal solidaria con el Emisor a primer requerimiento de las obligaciones asumidas por el Emisor en la Escritura de emisión de bonos, con sujeción a las condiciones que seguidamente se detallan:

CONDICIONES PARTICULARES

Obligación Garantizada: las obligaciones de pago y cualesquiera otros conceptos asumidas por el Emisor bajo la Escritura de Emisión de Bonos, es decir, el valor total de la deuda del Emisor representada por los Bonos en la fecha de emisión, incluyendo la Remuneración (tal y como se define en la Escritura de Emisión de Bonos), los intereses y gastos de demora aplicables y las demás obligaciones pecuniarias, principales y accesorias derivadas de la Emisión (la “**Obligación Garantizada**”).

CONDICIONES GENERALES

1.- Solidaridad/primer requerimiento y carácter autónomo. La compañía mercantil INDRA SISTEMAS, S.A. garantiza de manera incondicional e irrevocable solidariamente con el Emisor a favor de los Bonistas y del Agente Fiduciario en representación de los Bonistas y en beneficio de los mismos el

25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

pago de cuantas cantidades llegue a adeudarle por razón de la Obligación Garantizada. El pago se realizará por el Garante en reais.

Esta garantía se configura como una garantía a primer requerimiento, no resultando de aplicación los beneficios de orden, división y excusión. Las obligaciones asumidas por el Garante en virtud de esta garantía tienen carácter autónomo y son de naturaleza abstracta, de forma que no se verán afectadas y conservarán toda su vigencia y plena efectividad, aun en el supuesto de que cualquiera de las Obligaciones Garantizadas en virtud de la misma sea nula en origen o fuera anulada con posterioridad incluso con ocasión de una situación concursal que afecte al Emisor o en caso de transformación, fusión o escisión del Emisor.

El Garante consiente, desde este momento, con renuncia expresa al artículo 1.851 del Código Civil Español, en que la garantía aquí otorgada se extienda también a cualquier prórroga que se pacte respecto del vencimiento de todas o alguna de sus obligaciones contraídas conforme a la Escritura de Emisión de los Bonos. Igualmente, el Garante consiente desde ahora, a todos los efectos, cualesquiera modificaciones de los términos de la Escritura de Emisión de Bonos, manteniendo la garantía toda su fuerza y efectos a pesar de las mismas. No obstante, el Agente Fiduciario notificará al Garante, únicamente a efectos informativos y sin ser necesario el consentimiento del Garante, por correo electrónico o fax con dos (2) días hábiles de antelación las modificaciones a la Escritura de Emisión de Bonos y la fecha estimada de efectos. Las Partes acuerdan que la ausencia de dicha notificación no afectará a la validez de la presente garantía, manteniendo la garantía toda su fuerza y efectos.

2.- Duración del contrato. La presente garantía permanecerá vigente, sin limitación de tiempo, mientras se encuentren pendientes de pago por parte del Emisor cualesquiera cantidades de la Obligación Garantizada. Esta garantía podrá ser ejecutada en una o varias veces hasta la total satisfacción de la Obligación Garantizada.

3.- Efectividad de la garantía. El Garante se compromete a satisfacer a los Bonistas el pago de cualesquiera cantidades debidas por el Emisor, como si de un obligado principal se tratase, efectuando el pago a primer requerimiento del Agente Fiduciario y/o de los Bonistas en el plazo máximo de tres (3) días hábiles en España y Brasil en la cuenta que designen estos, renunciando irrevocablemente a oponer excepción alguna basada en la procedencia o no del pago o en la falta de requerimiento previo de pago al Emisor, pactándose expresamente que no será necesario efectuar requerimiento previo alguno al Emisor para que los Bonistas, o el Agente Fiduciario en nombre y representación de los Bonistas, puedan exigir el cumplimiento de esta garantía.

El Garante se compromete a hacer frente al pago de todas las cantidades debidas por el Emisor, incluso en el caso de que, habiéndose realizado el pago de las mismas por el Emisor, tuviera que reintegrarse cualquier suma recibida, como consecuencia de la retroacción decretada en una situación concursal del Emisor o por cualquier otro motivo.

Asimismo, de conformidad con el artículo 1213 del Código Civil, si el Garante hiciere un pago parcial a los Bonistas, éstos podrán ejercitar su derecho por el resto, con preferencia al que se hubiera subrogado en el lugar de los Bonistas, en virtud del pago parcial, incluso si el Emisor se hallara en estado concursal. Por tanto, mientras se deban o sean debidas a los Bonistas cualesquiera cantidades derivadas de la Obligación Garantizada, el Garante no podrá subrogarse en los derechos de los Bonistas contra el Emisor respecto a dicha Obligación Garantizada ni iniciará acciones de cualquier otro modo contra el Emisor.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

4.- Imputación de pagos: Las cantidades que los Bonistas reciban del Garante para hacer frente a las obligaciones derivadas de la Obligación Garantizada, podrán ser imputadas por los Bonistas a su libre elección y sin necesidad de previo aviso, a cualquiera de las deudas u operaciones garantizadas.

5.- Manifestaciones y Garantías.

El Garante declara y garantiza:

- que está debidamente constituido y es válidamente existente como una sociedad anónima según las leyes de España y que ha adoptado todos los acuerdos sociales necesarios para autorizar la ejecución y cumplimiento de esta Garantía;
- que la ejecución y cumplimiento por el Garante de esta Garantía no entra ni entrará en conflicto con ninguna ley o regulación a la cual esté sujeto el Garante o sus documentos de constitución, y todas las autorizaciones gubernamentales o de otra naturaleza requeridas para dicha ejecución y cumplimiento están y continuarán en pleno vigor y efecto;
- que esta Garantía constituye una obligación legal, válida, vinculante y ejecutable frente al Garante de conformidad con sus términos;
- que la ejecución y cumplimiento de esta Garantía no redundará en que el Garante incurra en contravención o incumplimiento en virtud de cualquier otro contrato que le vincule o vincule a cualquiera de sus bienes o ingresos;
- que no tiene conocimiento del acaecimiento de un evento o circunstancia que hubiera ocurrido o acontecido hasta la fecha que, según su conocimiento, pudiera dar lugar a la ineficacia de la presente Garantía;
- que no tiene conocimiento de ningún procedimiento administrativo, judicial, inspección fiscal, pleito o embargo en su contra, ni ha llegado a su conocimiento que en un futuro inmediato vaya a instarse tal procedimiento judicial, pleito o embargo que pudiera dar lugar a la ineficacia de la presente Garantía; y
- el Garante declara que conoce los términos y condiciones de la Escritura de Emisión de Bonos así como los supuestos de incumplimiento incluidos en la Escritura de Emisión de Bonos.

6.- Impuestos y gastos. El Garante asume a su cargo la obligación de pagar cualesquiera tributos actuales o futuros que se originen o devenguen como consecuencia de la preparación, celebración, elevación a público administración y ejecución del presente contrato. Igualmente serán de cargo del Garante todos los gastos que por los mismos conceptos se originen, inclusive, sin limitación, los de corretaje del agente mediador oficial y los que se produzcan por incumplimiento del Emisor y/o del Garante en el pago del principal e intereses, incluidos los gastos y honorarios razonables de abogados y procuradores y las costas judiciales.

Todos los pagos debidos por el Garante habrán de realizarse sin que proceda compensación alguna y libres de tributos y gravámenes salvo que el Garante venga obligado a realizar dichos pagos previa deducción o retención a cuenta de cualquier impuesto, en cuyo caso la cantidad a satisfacer por el Garante y a la que le haya sido aplicada dicha deducción o retención a cuenta, habrá de incrementarse en el importe que sea

necesario para que la cantidad pagada finalmente sea la misma que la que se hubiera recibido si no hubiera tenido lugar deducción o retención alguna.

Asimismo, también serán de cargo del Garante los gastos de correo u otros medios de comunicación, de acuerdo con las tarifas postales y de comunicaciones vigentes en cada momento, en que pueda incurrir el Agente Fiduciario en cualquier operación que en su trámite así lo requiera.

7.- Domicilios. A efectos del envío de correspondencia y de cualquier tipo de notificación o comunicación, el Garante designa como domicilio, fax y correo electrónico a efectos de notificación los siguientes:

Persona de Contacto:	Jose Antonio Pascual de la Cueva
Dirección:	Av. de Bruselas, 35 28018 Alcobendas (Madrid)
Teléfono:	+34 91 480 9802
Correo electrónico	japascual@indra.es
Fax:	+34 91 480 98 25

Cualquier cambio o modificación en el domicilio expresado deberá ser comunicado por escrito a la otra parte, la cual quedará exonerada de cualquier responsabilidad hasta tanto no se efectúe dicha notificación. En caso de traslado del domicilio al extranjero, el Garante deberá designar a efectos de este contrato un domicilio en España. En su defecto, se entenderá como domicilio el consignado en el contrato o el último que se hubiera comunicado.

8. Idioma

La presente garantía ha sido redactada en lengua española. No obstante lo anterior las Partes acuerdan realizar una traducción jurada de la presente garantía al Portugués y acuerdan que, en caso de controversia o desacuerdo de cualquier tipo sobre la interpretación o el significado de la presente garantía, prevalecerá la versión española.

9.- Ley y jurisdicción. Para cuantas incidencias se deriven de esta Garantía, a primera demanda, serán competentes los Tribunales de Madrid, España, con renuncia expresa a cualquier otro fuero y será aplicable la legislación española.

0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00
0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00
0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00

0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00
0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00
0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00

Anexo 1
Escritura de emisión de bonos

[•]

